



EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2022

MUNICÍPIO DE SÃO VALENTIM-RS.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 016/2022.

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E OUTROS PARA AS SECRETARIAS MUNICIPAIS.

O Prefeito de São Valentim, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições, torna público, para o conhecimento dos interessados, que **às 9 horas do dia 28 do mês de julho do ano de 2022**, na sala de reuniões da Prefeitura, localizada no Centro Administrativo, sito a Praça Presidente Tancredo de Almeida Neves, 30, se reunirão o pregoeiro e equipe de apoio, designados pela Portaria 332/2021, com a finalidade de receber propostas e documentos de habilitação, **objetivando aquisição de gêneros alimentícios e outros para as Secretarias Municipais**, através de licitação, modalidade pregão presencial, **menor preço por item**, com fundamento na Lei Federal n.º 10.520/02 de 17 de julho de 2002 e do Decreto Municipal nº 233, de 01 de julho de 2016, com aplicação subsidiária da Lei Federal n.º 8.666/93, alterações posteriores, bem como, a Lei Complementar nº 123/06 e legislação complementar vigente e pertinente à matéria, seguido da disputa de preço, e, após o término, abertura do envelope de documentação de habilitação, mediante atendimento das cláusulas e condições estabelecidas neste Edital e seus anexos como segue.

1 DO OBJETO.

1.1 Constitui objeto da presente licitação, aquisição de gêneros alimentícios e outros para as Secretarias Municipais, relacionados a seguir:

Item	Descrição do Objeto	Esp.	Qtd.	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
1	Abacaxi pérola, fruta in natura aplicação alimentar. Tamanho médio de 1,2 à 1,5 Kg.	Und	254	R\$ 8,18	R\$ 2.077,21
2	Açúcar cristal branco, acondicionado em pacote de 5kg. Na embalagem deve conter marca, data de	Pct	222	R\$ 24,32	R\$ 5.399,04



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE
SÃO VALENTIM

	fabricação, lote, data de validade, ingredientes e informação nutricional. Prazo de validade mínimo de 6 meses a contar a partir da data de entrega.				
3	Água de coco embalagem de 1 litro , água de coco natural. Isenta de glúten. Não fermentada e não alcoólica. Normas de produção e embalagem que sigam as orientações sanitárias vigentes. Validade mínima de 6 meses a contar da data da entrega. Fornecer marca igual ou com qualidade superior nos termos do Inciso I, Artigo 15, Lei 8666/1993 e Sumula 270/2012 TCU). (Objetiva atender ao princípio da padronização).	Und	20	R\$ 10,68	R\$ 213,53
4	Água mineral, garrafa pet de 500ml, sem gás , água mineral natural sem gás; com validade mínima de 12 meses a contar da data da entrega; suas condições deverão estar de acordo com o (dec.3029 de 16/04/99) e (res.rdc nº274, de 22/09/2005) e suas posteriores alterações, produto; sujeito a verificação no ato da entrega aos procedimentos administrativos determinados pela anvisa;	Und	900	R\$ 1,94	R\$ 1.741,50
5	Alface crespa , firme, fechada, com folhas íntegras, frescas e limpas de tamanho médio.	Und	110	R\$ 3,98	R\$ 437,36
6	Alho , pacotes de 100 gramas, firme e intacto, devendo estar bem desenvolvido, sadio.	Pct	29	R\$ 4,45	R\$ 129,11
7	Amido de milho , Pacote de 1 kg. Embalagem primária deve conter externamente os dados de identificação, procedência, informação nutricional, data de fabricação, lote, data de validade, quantidade de produto, deve estar íntegra e não violada. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da entrega.	Kg	11	R\$ 9,75	R\$ 107,20
8	Apresentado fatiado resfriado , sem capa de gordura, acondicionado em embalagem transparente e atóxico. A embalagem deve conter os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, Kg, número de lote, número do registro no Ministério da Agricultura/SIF/DIPOA e carimbo de inspeção do SIF. Deverá atender as especificações técnicas do Ministério da Agricultura e do Abastecimento e do Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de produtos de origem animal. Validade mínima de 02 (dois) meses a partir da data de entrega.	Kg	6	R\$ 25,96	R\$ 155,78
9	Arroz branco tipo I , acondicionado em pacote de 5 kg , a embalagem atóxica, transparente, apresentando marca, procedência, data de fabricação, lote, validade, informação nutricional. Deverá apresentar registro no	Pct	127	R\$ 31,65	R\$ 4.019,87



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE
SÃO VALENTIM

	Ministério da Agricultura. Prazo de validade mínimo de 6 (seis) meses a partir data de entrega.				
10	Arroz Integral , acondicionado em pacote de 1 kg, a embalagem atóxica, transparente, apresentando marca, procedência, data de fabricação, lote, validade, informação nutricional. Deverá apresentar registro no Ministério da Agricultura. Prazo de validade mínimo de 6 (seis) meses a partir data de entrega	Kg	24	R\$ 7,20	R\$ 172,86
11	Banana Caturra , produto in natura com grau médio de maturação.	Kg	1429	R\$ 4,43	R\$ 6.333,33
12	Banana prata , produto in natura com grau médio de maturação.	Kg	120	R\$ 6,49	R\$ 779,28
13	Batata doce , produto in natura, de primeira qualidade, tamanho médio.	Kg	155	R\$ 4,64	R\$ 718,58
14	Batata inglesa branca , lisa, produto in natura com grau médio de maturação.	Kg	284	R\$ 6,82	R\$ 1.936,31
15	Bebida láctea fermentada com polpa de frutas, bandejas com seis unidades , bandejas com seis unidades, sabores diversos. Fermentada, com polpa de fruta, em sabores de coco, morango, pêssego. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número do lote, data de validade, deverá atender as especificações técnicas da ANVISA e Inmetro. Prazo de validade de no mínimo 45 dias a partir da entrega do produto.	Band.	90	R\$ 7,36	R\$ 661,95
16	Beterraba , produto in natura com grau médio de maturação.	Kg	15	R\$ 6,43	R\$ 96,49
17	Biscoito salgado , pacotes de 400 - 500 gramas, as embalagens devem conter os dados de identificação, procedência, informação nutricional, ingredientes, número de lote, fabricação, data de validade, quantidade de produto. Acondicionado em pacote atóxico. Prazo de validade mínimo de 6 (seis) meses a partir data de entrega.	Pct	30	R\$ 9,62	R\$ 288,60
18	Bolo salgado sabores : frango, carne (todos com queijo e legumes), produzido no dia da entrega. Descrição do tamanho da fatia: 6cm de comprimento/largura em média 6cm de altura.	Kg	70	R\$ 34,46	R\$ 2.412,43
19	Bolo Simples diversos : Sabores: abacaxi, banana, cenoura, chocolate, coco, laranja, limão, maçã com canela e milho). Obs: O Bolo não pode ser feito com mistura pronta. A fruta ou legume, tem que ser com	Kg	75	R\$ 27,10	R\$ 2.032,25



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE
SÃO VALENTIM

	o produto in natura. Descrição do tamanho da fatia: 6cm de comprimento/largura em média 6cm de altura.				
20	Bombom com recheio cremoso: e cobertura sabor chocolate preto, pacote com aproximadamente 48 unidades. Validade de no mínimo 12 (doze) meses.	Pct	8	R\$ 52,02	R\$ 416,18
21	Bombom: com cobertura sabor chocolate branco, pacote com aproximadamente 48 unidades. Validade de no mínimo 12 (doze) meses.	Pct	8	R\$ 52,02	R\$ 416,18
22	Brócolis, legume in natura, ser fresco, aroma e cor da espécie e variedade, tamanho médio. Não serão permitidas manchas no produto.	Und	15	R\$ 6,75	R\$ 101,18
23	Cacau em pó 100% Cacau, (pacote de 150 g). Não deve conter açúcar. Deve conter rótulo com identificação, peso, informações nutricionais, data de fabricação, lote e validade. Prazo de validade mínimo de 6 (seis) meses a partir data de entrega.	Pct	38	R\$ 12,12	R\$ 460,47
24	Café solúvel granulado, frasco com 230 g Pó homogêneo, torrado e moído, aroma e sabor característicos de café, tipo forte apresentação granulada. De primeira qualidade contendo identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, lote e prazo de validade, selo de pureza da Associação Brasileira da Indústria do Café - ABIC. O produto deverá ter registro no Ministério da Saúde e atender as legislações vigentes para o produto. As embalagens devem conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, fabricação, data de validade, quantidade de produto. Prazo de validade mínimo de 6 meses a contar da data de entrega.	Frs	337	R\$ 21,84	R\$ 7.359,24
25	Carga de gás P13	Und	59	R\$ 138,63	R\$ 8.179,37
26	Carne bovina costela de gado para churrasco, a carne deverá ser resfriada e acondicionada em embalagem plástica transparentes atóxico.	Kg	50	R\$ 36,67	R\$ 1.833,38
27	Carne bovina filé c/ osso para churrasco, a carne deverá ser resfriada e acondicionada em embalagem plástica transparentes atóxico.	Kg	50	R\$ 37,97	R\$ 1.898,38
28	Carne bovina magra sem osso (coxão mole, peça inteira, pacotes de aproximadamente 2kgs). Carne bovina, de 1ª qualidade, com cor, odor e sabor característico. Deve conter o selo de inspeção. Embalados em plásticos atóxico, resistente. Deve,	Kg	260	R\$ 42,02	R\$ 10.925,85



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE
SÃO VALENTIM

	obrigatoriamente, conter informações sobre o produto (data de validade, fabricação, peso e origem). O transporte do produto final deverá ser efetuado de acordo com a legislação vigente.				
29	Carne de frango congelada (coxa e sobrecoxa) , de 1ª qualidade, aspecto, cor, cheiro e sabor próprio, livre de sujidades, larvas e parasitas. Devem ser embalados individualmente em material transparente e atóxico, com embalagens íntegras, sem acúmulo de líquidos em seu interior, rótulo contendo data fabricação e validade, peso, carimbo do SIF, acondicionado em caixa papelão reforçada própria para este fim. Frangos devem ser abatidos sob prévia inspeção veterinária e manipulada em condições higiênicas satisfatórias. Prazo de validade mínimo de 3 (três) meses a partir data de entrega. Deverá ser congelado à temperatura de -18°C ou inferior. O produto deverá estar de acordo com legislação vigente. Toda carne utilizada para o preparo do produto deverá ter sido submetido aos processos de inspeção prescritos no RIISPOA.	Kg	755	R\$ 11,84	R\$ 8.941,09
30	Carne moída de 1ª , a carne deverá ser resfriada e acondicionada em embalagem plástica transparente, atóxica, em embalagens de 1kg.	Kg	15	R\$ 43,35	R\$ 650,25
31	Carne moída de 2ª , a carne deverá ser resfriada e acondicionada em embalagem plástica transparente, atóxica em embalagens de 1kg.	Kg	913	R\$ 33,87	R\$ 30.918,75
32	Cebola nacional , produto in natura com grau médio de maturação.	Kg	55	R\$ 6,32	R\$ 347,82
33	Cenoura , produto in natura com grau médio de maturação.	Kg	105	R\$ 6,95	R\$ 729,96
34	Cesta básica contendo os seguintes itens: 2 kg de Açúcar cristal branco 1 Frasco com 200 g de Café solúvel granulado; 1 pacote de 5kg de Arroz Branco, tipo I; 2 kg de Batata inglesa branca; 1 kg de Cebola nacional; 1 pacote de 500g de Colorau; 2 kg de Farinha de milho; 5 kg Farinha de trigo, tipo I; 2 kg de Feijão preto; 12 unidades de Leite integral UHT; 2 pacotes de 500g de Massa com ovos tipo	Und	45	R\$ 263,05	R\$ 11.837,25



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE
SÃO VALENTIM

	espaguete; 01 frasco de 900 ml de Óleo de soja; 01 dúzia de Ovos de galinha; 01 kg de Sal Refinado iodado Os itens descritos acima devem possuir as mesmas especificações dos produtos individuais do formulário. OBS: O açúcar muda somente a embalagem.				
35	Chá sabores diversos , (13g, caixas com 10 saquinhos) com identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade. Prazo de validade mínimo 01 (um) ano a contar a partir da data de entrega.	Cx	370	R\$ 4,57	R\$ 1.689,98
36	Colorau , pacotes de 500 g. Deve conter rótulo com identificação, peso, informações nutricionais, data de fabricação, lote e validade. Prazo de validade mínimo de 06 (seis) meses a contar da data de entrega.	Pct	33	R\$ 8,86	R\$ 292,22
37	Couve-flor , legume in natura, ser fresco, aroma e cor da espécie e variedade, tamanho médio. Não serão permitidas manchas no produto.	Und	15	R\$ 6,74	R\$ 101,14
38	Creme de leite : embalagem 200 gramas. Creme de leite UHT. Deve conter os dados de identificação, procedência, informação nutricional, número de lote, data de validade, número do registro no Ministério da Agricultura/SIF/DIPOA. Validade mínima de 06 meses a contar da data de entrega do produto.	Und	6	R\$ 3,96	R\$ 23,75
39	Cuca simples : unidades de 500g, produzido no dia, acondicionada em embalagem plástica transparente atóxica, informação nutricional, peso, data de fabricação e validade, contém glúten.	Kg	78	R\$ 18,33	R\$ 1.429,74
40	Doce de leite , com registro no SIF ou SISF, embalagens de 350 g. Validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de entrega.	Potes	15	R\$ 9,54	R\$ 143,14
41	Docinhos para festa : brigadeiro (leite condensado, margarina e chocolate. Cobertura: chocolate granulado). Peso aproximado de 20 gramas, feito no dia da entrega, informações nutricionais, peso, validade.	Und	2500	R\$ 1,33	R\$ 3.325,00
42	Docinhos para festa : leite em pó (açúcar refinado, leite em pó integral, leite de coco, Cobertura: coco ralado). Peso aproximado de 20 gramas, feito no dia da entrega, informações nutricionais, peso, validade.	Und	2500	R\$ 1,67	R\$ 4.166,67
43	Esfirra de carne assada, aproximadamente 70g : produzido no dia da entrega, recheio com carne moída e temperos naturais.	kg	44	R\$ 36,56	R\$ 1.608,79



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE
SÃO VALENTIM

44	Extrato de tomate: latas de 310g. Deve conter os dados de identificação e procedência, informação nutricional, número de lote, data de validade, quantidade do produto e registro. Validade mínima de 02 (dois) meses a partir da data de entrega.	Und	6	R\$ 5,68	R\$ 34,08
45	Farinha de mandioca branca: Tipo 1, pacote de 500 gramas. Embalagem atóxica, deve conter externamente os dados de identificação, informações nutricionais, número de lote, quantidade do produto, data de fabricação e data de validade. Prazo de validade mínimo 03 (três) meses a partir da data de entrega.	Und	2	R\$ 4,98	R\$ 9,95
46	Farinha de milho Características: moída média, amarela sem sal, cor, odor e sabor característicos. Embalada em plástico atóxico de 1 kg transparente, incolor e selado. Deve apresentar rótulo contendo identificação, marca, peso, ingredientes, informações nutricionais, lote, data de fabricação e validade. Prazo de validade mínimo de 6 (seis) meses a partir data de entrega.	Kg	67	R\$ 6,73	R\$ 450,91
47	Farinha de trigo tipo I Enriquecida com ácido fólico e ferro e ter cor branca. Pacote de 5kg , deve conter externamente os dados de identificação, informações nutricionais, número de lote, quantidade do produto, e número do registro no órgão competente. Prazo de validade de no mínimo 6 (seis) meses a partir da entrega do produto.	Pct	47	R\$ 24,24	R\$ 1.139,16
48	Feijão preto , tipo I, embalagens de 1 kg, prazo de validade de 06 (seis) meses a contar da data de entrega.	Kg	148	R\$ 10,10	R\$ 1.494,80
49	Fermento químico em pó, (frasco 250 g) . Deve conter rótulo com identificação, marca, peso, ingredientes, informações nutricionais, data de fabricação, lote e data de validade. Validade de no mínimo 06 (seis) meses.	Frs	55	R\$ 8,48	R\$ 466,54
50	Gelatina em pó - sabores diversos , embalagens com aproximadamente 35 g, validade de no mínimo 06 (seis) meses.	Cx	20	R\$ 1,91	R\$ 38,10
51	Kiwi , in natura, de primeira qualidade, tamanho e grau médio de maturação.	Kg	10	R\$ 21,72	R\$ 217,23
52	Laranja Bahia , produto in natura com grau médio de maturação.	Kg	235	R\$ 7,08	R\$ 1.662,86
53	Leite em pó integral, pacote 400 g Embalagem plástica atóxica, deve conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, quantidade do produto, data de fabricação, lote e data de validade, número do registro	Pct	350	R\$ 18,15	R\$ 6.351,63



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE
SÃO VALENTIM

	no Ministério da Agricultura/SIF/DIPOA e carimbo de inspeção do SIF. Deverá atender as especificações técnicas do Ministério da Agricultura e do Abastecimento e do Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de produtos de origem animal. Validade de no mínimo 06 (seis) meses.				
54	Lentilha, embalagem de 500g classe média, tipo I. Embalagem saco plástico transparente, atóxico e resistente, contendo identificação, marca, lote, data de validade. Produto inspecionado pelo Ministério da Agricultura. Validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de entrega.	Pct	51	R\$ 8,71	R\$ 444,08
55	Limão tahiti: produto in natura, com grau médio de maturação.	kg	6	R\$ 7,26	R\$ 43,54
56	Linguça Suína, deverá ser resfriada, sem adição de corantes, acondicionadas em sacos plásticos transparentes e atóxicos, resistentes a manipulação e ao transporte. Na embalagem deve contar informações como: fornecedor, data da embalagem e validade, informações nutricionais.	kg	210	R\$ 25,35	R\$ 5.322,98
57	Maçã Fuji, produto in natura com grau médio de maturação.	Kg	925	R\$ 8,11	R\$ 7.498,05
58	Mamão formosa, in natura, de primeira qualidade, tamanho e grau médio de maturação e sem manchas na casca.	Kg	545	R\$ 8,30	R\$ 4.521,32
59	Mandioca, branca descascada, limpa e congelada, produto in natura com grau médio de maturação. Embalagem de 1kg, com identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade.	Kg	112	R\$ 10,86	R\$ 1.216,32
60	Manga Tommy, produto in natura com grau médio de maturação.	Kg	40	R\$ 8,31	R\$ 332,32
61	Manteiga sem sal, resfriada (tablete 200g), contendo validade mínima de 04 (quatro) meses de origem animal. Rotulo com informações nutricionais data de fabricação e validade.	Und	62	R\$ 12,90	R\$ 799,59
62	Massa caseira tipo espaguete, embalagens de 1kg. Deverá ser acondicionado em plástico transparente atóxico resistente ao transporte e manuseio e que garanta a integridade do produto até o momento do consumo, deve constar na embalagem fabricante, data de fabricação e validade, informação nutricional.	Kg	70	R\$ 16,10	R\$ 1.126,65
63	Massa com ovos tipo espaguete, pacote 500g. Prazo de validade de no mínimo 06 (seis) meses.	Pct	40	R\$ 5,30	R\$ 211,90



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE
SÃO VALENTIM

64	Massa para pizza, unidade de tamanho médio (aproximadamente 30 cm) , deverá ser acondicionado em plástico transparente atóxico, resistente ao transporte e manuseio e que garanta a integridade do produto até o momento do consumo, deve constar na embalagem fabricante, data de fabricação e validade, informação nutricional.	Und	468	R\$ 6,16	R\$ 2.882,88
65	Massa para sopa tipo cabelinho de anjo com ovos (pacote 500g) . Características: cor amarela, sabor e odor próprios. Obtida pelo amassamento da farinha de trigo especial, ovos e demais substâncias permitidas. Embalagem deve conter especificações, marca, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, lote e data de validade. Prazo de validade de no mínimo 6 (seis) meses a partir da entrega do produto.	Pct	20	R\$ 6,20	R\$ 124,00
66	Massa para sopa tipo caramujinho com ovos (pacote 500g) . Características: cor amarela, sabor e odor próprios. Obtida pelo amassamento da farinha de trigo especial, ovos e demais substâncias permitidas. Embalagem deve conter especificações, marca, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, lote e data de validade. Prazo de validade de no mínimo 6 (seis) meses a partir da entrega do produto.	Pct	27	R\$ 4,61	R\$ 124,54
67	Melancia , produto in natura com grau médio de maturação.	kg	780	R\$ 3,17	R\$ 2.472,60
68	Melão Espanhol , produto in natura com grau médio de maturação.	Kg	550	R\$ 7,92	R\$ 4.353,80
69	Milho para pipoca, embalagem de 500g.	Und	5	R\$ 6,24	R\$ 31,18
70	Mini bolos tipo cup cake - assados individualmente (aprox: 100 gramas) - bolo sabores, chocolate e cenoura. Cobertura de brigadeiro. Entregues em forminhas de cup cake.	Und	540	R\$ 3,17	R\$ 1.710,00
71	Mini Pizza de aproximadamente 10cm de diâmetro: sabores: frango com catupiry, quatro queijos, calabresa e carne com queijo, produzido no dia da entrega, ingredientes, informações nutricionais, peso, validade, contém glúten.	Kg	52	R\$ 37,50	R\$ 1.949,74
72	Moranga cabotiá , produto in natura, com grau médio de maturação.	Kg	30	R\$ 4,81	R\$ 144,42
73	Morango , in natura, de primeira qualidade, tamanho e grau médio de maturação.	Kg	15	R\$ 25,00	R\$ 374,96
74	Óleo de soja, frasco 900 ml. Embalagem deve conter rótulo especificando quantidade, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, validade e	Frs	140	R\$ 13,68	R\$ 1.914,50



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE
SÃO VALENTIM

	lote. Validade de no mínimo 06 (seis) meses.				
75	Ovos de galinha , brancos, devem apresentar o carimbo do SIF, identificação do lote, data de fabricação e validade. Embalagem: acomodados em caixas próprias para este fim, com 12 (doze) unidades, rotulagem de acordo com a legislação vigente. Validade mínima de 01 (um) mês.	Dz	22	R\$ 10,72	R\$ 235,79
76	Pão de cachorro quente, unidades de aprox 50g , fresco, macio, produzido no dia da entrega, acondicionado em embalagem plástica atóxica, ingredientes, informação nutricional, peso, validade, contém glúten.	Kg	174	R\$ 16,45	R\$ 2.861,72
77	Pão de centeio fatiado , fresco, macio, produzido no dia da entrega, acondicionado em embalagem plástica atóxica, ingredientes, valor nutricional, peso, validade e informativo sobre glúten.	Kg	15	R\$ 18,53	R\$ 277,95
78	Pão de forma fatiado , fresco, macio, produzido no dia da entrega, acondicionado em embalagem plástica atóxica, ingredientes, valor nutricional, peso, validade e informativo sobre glúten.	Kg	30	R\$ 16,78	R\$ 503,40
79	Pão de mel : cobertura de chocolate meio amargo unidades de 50 gramas, produzido no dia da entrega, ingredientes, informações nutricionais, peso, validade, contém glúten.	Kg	20	R\$ 43,71	R\$ 874,27
80	Pão de queijo : unidades de 100 gramas, produzido no dia da entrega, ingredientes, informações nutricionais, peso, validade.	Kg	42	R\$ 41,60	R\$ 1.747,20
81	Pão Francês: unidades de aprox 50g, fresco , macio, produzido no dia da entrega, acondicionado em embalagem plástica atóxica, ingredientes, informações nutricionais, peso, validade, contém glúten.	Kg	314	R\$ 10,97	R\$ 3.443,01
82	Pastel assado de frango 70g : produzido no dia da entrega, recheio com carne e temperos naturais.	Kg	36	R\$ 37,23	R\$ 1.340,28
83	Pastel assado de presunto e queijo 70g : produzido no dia da entrega.	Kg	36	R\$ 37,23	R\$ 1.340,28
84	Peito de Frango sem osso , Características do produto: de 1ª qualidade, sem osso , aspecto, cor, cheiro e sabor próprio. Embalagem: devem ser embalados individualmente em material transparente e atóxico, com embalagem íntegra, sem acúmulo de líquidos em seu interior, rótulo contendo: data fabricação e validade, peso, carimbo do SIF. Deverá ser congelado á temperatura de 18°C (dezoito graus negativos) ou	Kg	133	R\$ 23,22	R\$ 3.088,26



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE
SÃO VALENTIM

	inferior. O produto deverá estar de acordo com legislação vigente. Prazo de validade mínimo de 3 meses a partir da data de entrega.				
85	Queijo Mussarela Fatiado , acondicionado em embalagens plásticas atóxicas, resistentes e não violados. Deve, OBRIGATORIAMENTE, conter identificação do produto e tipo: nome e endereço do fabricante, data de validade ou prazo máximo para consumo, data de fabricação, composição do produto, informações nutricionais, peso líquido, condições de armazenamento e registro no respectivo órgão. Prazo de validade mínimo de 3 (três) meses a partir data de entrega.	Kg	54	R\$ 53,47	R\$ 2.887,52
86	Refrigerante 2 litros: sabores guaraná, limão e laranja.	Und.	60	R\$ 7,13	R\$ 427,50
87	Repolho verde , produto in natura, tamanho médio, com grau médio de maturação.	Kg	47	R\$ 6,00	R\$ 281,77
88	Requeijão cremoso embalagem 180 gramas , acondicionado em copo plástico com lacre e tampa - produto sem amido, sem gordura vegetal e sem gordura trans, não deverá conter glúten, validade superior a 60 dias.	Und	10	R\$ 7,36	R\$ 73,60
89	Sagu , tipo I, pacote de 500 g Embalagem plástica atóxica, contendo ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, lote e data de validade. Validade de no mínimo 06 (seis) meses.	Pct	16	R\$ 6,86	R\$ 109,76
90	Sal refinado iodado temperado para churrasco com amaciante: embalagem de 500g , acondicionada em embalagem plástica transparente atóxica. Validade de no mínimo 06 (seis) meses.	Und	2	R\$ 5,59	R\$ 11,17
91	Sal Refinado iodado , embalagem de 1kg, acondicionada em embalagem plástica transparente atóxica. Validade de no mínimo 06 (seis) meses.	Und	74	R\$ 2,92	R\$ 215,90
92	Salada de frutas (copo fechado com tampa tamanho 200 ml) Frutas: mamão, manga, laranja, abacaxi, morango, Kiwi e melão. Sem adição de açúcar.	Und	1120	R\$ 4,50	R\$ 5.040,00
93	Salgados para festa: (risolis, coxinha e pastéis). Sabores: presunto, queijo, ricota, frango, calabresa, palmito, chocolate meio amargo, produzido no dia da entrega, ingredientes, informações nutricionais, peso, validade, contém glúten.	Kg	50	R\$ 39,56	R\$ 1.978,17
94	Salsicha sem corante, resfriada , composta de carne de frango, com condimentos triturados, misturados e cozidos. Embalagem transparente devidamente acondicionada em pacotes rotulados e com identificação	Kg	45	R\$ 15,72	R\$ 707,29



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE
SÃO VALENTIM

	do SIF, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação e validade do produto. Embalagem com lacre original do fabricante. Validade: 120 dias contados a partir da data de entrega.				
95	Sanduíche natural , (pão de centeio/aveia, frango temperado com temperos naturais e desfiado, tomate picado, cenoura ralada, alface picada e queijo, embalados individualmente com plástico filme. OBS: Os pedidos podem ser solicitados como sanduiches inteiros ou divididos ao meio, ambos devem ser embalados individualmente.	Und	1000	R\$ 5,63	R\$ 5.633,33
96	Sanduíche simples , (pão de centeio/aveia, apesuntado, queijo mussarela e alface picada, embalados individualmente com plástico filme. OBS: Os pedidos podem ser solicitados como sanduiches inteiros ou divididos ao meio, ambos devem ser embalados individualmente.	Und	280	R\$ 5,16	R\$ 1.445,73
97	Suco de uva integral , integral, sem açúcar e aditivos , de boa qualidade, com embalagens integras, lacradas. Validade de no mínimo 06 (seis) meses. Embalagens de 1,5 litros.	Frs	30	R\$ 16,37	R\$ 490,95
98	Tempero verde (salsinha e cebolinha) , produto in natura, fresco, de tamanho e coloração uniformes, devendo ser desenvolvida, acondicionada em embalagem atóxica adequada.	Maço	36	R\$ 3,98	R\$ 143,21
99	Tomate longa vida , produto in natura, tamanho médio, com grau médio de maturação.	Kg	568	R\$ 10,49	R\$ 5.960,59
100	Torradinha embalagens 142-200 gramas , as embalagens devem conter os dados de identificação, procedência, informação nutricional, ingredientes, número de lote, fabricação, data de validade, quantidade de produto. Acondicionado em pacote atóxico. Prazo de validade mínimo de 6 (seis) meses a partir data de entrega.	Und	20	R\$ 5,50	R\$ 109,93
101	Torta Marta Rocha : pão de ló, (Recheio: Leite condensado com nozes crocante, merengue, chantilly e ameixa. Cobertura: chantilly). Produzido no dia da entrega.	kg	15	R\$ 39,23	R\$ 588,45
102	Torta Quatro leites : pão de ló, (Recheio: creme branco de quatro leite c/ morango. Cobertura: chantilly). Produzido no dia da entrega	Kg	17	R\$ 36,23	R\$ 615,91



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE
SÃO VALENTIM

103	Uva de mesa Itália/Rubi, in natura, de primeira qualidade, tamanho e grau médio de maturação.	Kg	15	R\$ 14,47	R\$ 217,05
104	Vinagre de vinho tinto, produto natural fermentado acético simples, isento de corantes artificiais, ácidos orgânicos e minerais estranhos. Frascos de 05 litros. Validade de no mínimo 06 (seis) meses.	Frs	10	R\$ 34,93	R\$ 349,30
105	Sanduíche tipo Hambúrguer - Pão de hambúrguer 50g, Aproximadamente 10 cm de diâmetro. - Hambúrguer caseiro de aprox. 130g contendo somente (carne moída de patinho, sal e tempero verde) - 1 fatia de queijo mussarela - 1 folha de alface - 1 fatia de tomate Obs: o hambúrguer deve ser entregue pronto, embalado individualmente, envolto em papel alumínio.	Und	450	R\$ 13,99	R\$ 6.295,50
VALOR TOTAL ESTIMADO EM R\$					R\$ 226.267,78

1.2 A empresa vencedora compromete-se a manter a qualidade do(s) produto(s) fornecido(s) conforme preconiza a legislação vigente.

2 DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO.

2.1 Poderão participar deste Pregão as empresas que:

2.1.1 atendam a todas as exigências deste Edital, inclusive quanto à documentação constante deste instrumento e seus anexos, bem como, as disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/1993, Lei Federal nº 10.520/2002, Lei Complementar nº 123/2006 e demais normas complementares, que disciplinam a presente licitação e integrarão o ajuste correspondente;

2.1.2 as empresas que tenham auferido, no ano-calendário anterior, receita bruta até o limite definido no inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar nº 123, ou seja, R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais), gozarão dos benefícios previstos nos art. 42 a 45 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, desde que apresente no credenciamento, a documentação solicitada no subitem 3.4 deste edital, alíneas “a” e “b”, além de todos os outros documentos previstos neste edital;

2.1.3 as cooperativas que tenham auferido, no ano-calendário anterior, receita bruta até o limite definido no inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar nº 123, ou seja, R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais), gozarão dos



benefícios previstos nos art. 42 a 45 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, conforme disposto no art. 34 da Lei 11.488, de 15 de junho de 2007, desde que apresente, no credenciamento, a documentação solicitada no subitem 3.4 deste edital, alíneas “a” e “b”, além de todos os outros documentos previstos neste edital;

2.1.4 o credenciamento da licitante como microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa (enquadrada nas exigências do art. 34 da Lei 11.488/07), somente será reconhecido pelo Pregoeiro, se a mesma comprovar tal situação jurídica, na forma estabelecida nos subitens 2.1.2 e 2.1.3 deste Edital;

2.1.5 a não comprovação de enquadramento da empresa como ME, EPP ou Cooperativa, na forma do estabelecido nos subitens 2.1.2 e 2.1.3 deste Edital, será caracterizado como renúncia expressa e consciente, desobrigando o Pregoeiro, dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006 aplicáveis ao presente certame;

2.1.6 a responsabilidade pelo enquadramento conforme previsto nos subitens anteriores, é única e exclusiva da licitante que, inclusive, se sujeita a todas as consequências legais que possam advir de um enquadramento falso ou errôneo;

2.1.7 tenham objeto social pertinente e compatível com o objeto licitado.

2.2 Será vedada a participação de empresas quando:

2.2.1 estejam com o direito suspenso de licitar e contratar com a Administração Pública, ou que por esta tenham sido declaradas inidôneas;

2.2.2 reunidas em consórcio e sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si, ou ainda, qualquer que seja sua forma de constituição;

2.2.3 em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou liquidação;

2.2.4 enquadradas nas disposições do artigo 9º da Lei Federal 8.666/93;

2.2.5 estrangeiras que não funcionem no País.

2.3 Apresentar os envelopes separados e lacrados, os quais deverão conter, respectivamente, a "PROPOSTA" (envelope nº 01) e "DOCUMENTAÇÃO" (envelope nº 02), inserindo, na parte externa, o n.º do edital, modalidade, nome da empresa, data e hora da realização do certame.



3 DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO.

3.1 A licitante deverá apresentar-se, para credenciamento junto ao pregoeiro, diretamente, por meio de seu representante legal, ou através de procurador regularmente constituído, que devidamente identificado e credenciado, será o único admitido a intervir no procedimento licitatório, no interesse da representada.

3.2 O credenciamento far-se-á por um dos seguintes meios:

3.2.1 Se representada diretamente, por meio de dirigente, proprietário, sócio ou assemelhado, devendo apresentar:

3.2.1.1 cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado;

3.2.1.2 documento de eleição de seus administradores, em se tratando de sociedade comercial ou de sociedade por ações;

3.2.1.3 inscrição do ato constitutivo, acompanhado de prova de diretoria em exercício, no caso de sociedade civil;

3.2.1.4 decreto de autorização, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura e para prática de todos os demais atos inerentes ao certame, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País;

3.2.1.5 registro comercial, se empresa individual.

3.2.2 Se representada por procurador, deverá apresentar:

3.2.2.1 instrumento público ou particular de procuração, **com firma reconhecida em Cartório**, em que constem os requisitos mínimos previstos no art. 654, § 1º, do Código Civil, em especial o nome da empresa outorgante e de todas as pessoas com poderes para a outorga de procuração, o nome do outorgado e a indicação de amplos poderes para dar lance(s) em licitação pública; devendo igualmente identificar-se exibindo a carteira de identidade ou outro documento equivalente; ou

3.2.2.2 carta de credenciamento outorgado pelos representantes legais da licitante, **com firma reconhecida em Cartório**, comprovando a existência dos necessários poderes para formulação de propostas e para prática de todos os demais atos inerentes ao certame, devendo igualmente identificar-se exibindo a carteira de identidade ou outro documento equivalente.



Observação 1: Em ambos os casos (3.2.2.1 e 3.2.2.2), o instrumento de mandato deverá estar acompanhado do ato de investidura do outorgante como representante legal da empresa.

Observação 2: Caso o contrato social ou o estatuto determinem que mais de uma pessoa deva assinar a carta de credenciamento para o representante da empresa, a falta de qualquer uma invalida o documento para os fins deste procedimento licitatório.

3.3 As licitantes deverão apresentar declaração dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, bem como a ciência e vinculação a todos os termos da presente licitação, como condição para a participação na presente processo, conforme disposto no inciso VII do art. 4º da Lei n.º 10.520/2002, de acordo com o modelo em anexo (Anexo II).

3.4 A licitante Microempresa-ME, Empresa de Pequeno Porte-EPP ou Cooperativa que desejar usufruir do regime diferenciado e ser favorecido com o que está disciplinado na Lei Complementar nº 123/06, deverá apresentar a seguinte documentação:

a) Certidão expedida pela Junta Comercial (conforme artigo 8º da Instrução Normativa nº 103 de 30/04/2007), que será considerada válida até 1(um) ano após a data de sua emissão e/ou declaração firmada por contador, de que se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte, além de todos os documentos previstos neste edital.

b) Declaração firmada pelo representante legal da empresa, de não haver nenhum dos impedimentos previstos nos incisos do § 4º do Artigo 3º da Lei Complementar nº 123/06.

3.5 Nenhuma pessoa, ainda que munida de procuração ou de instrumento particular, poderá representar mais de uma empresa no presente certame, sob pena de exclusão sumária das representadas.

3.6 Os documentos supra referidos poderão ser apresentados no original ou por qualquer processo de cópia reprográfica autenticada por cartório competente, por servidor da Administração ou pela publicação em órgão da imprensa oficial, sendo retidos pelo Pregoeiro para oportuna juntada ao processo administrativo pertinente a presente licitação.

3.7 O representante da licitante que não se credenciar perante o Pregoeiro ficará impedido de participar da fase de lances verbais, de negociação de preços, de declarar a intenção de interpor recurso, de renunciar ao direito de interposição de recursos, enfim, para representar a licitante durante a reunião de abertura dos envelopes “Proposta de Preços” ou “Documentação” relativos a este Pregão. Neste caso, a licitante ficará excluída da etapa de lances verbais, sendo mantido, porém, o seu preço apresentado na proposta escrita, para efeito de ordenação das propostas e apuração do menor preço.



3.8 A documentação referente ao credenciamento de que trata o subitem 3.2, 3.3, 3.4, subitens e/ou alíneas, deverão ser apresentadas fora dos envelopes.

4 DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES.

4.1 A PROPOSTA DE PREÇOS e os DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO deverão ser apresentados no dia, hora e local designado para a realização do Pregão, quando assim solicitado pelo Pregoeiro, em invólucros separados, indevassáveis, lacrados e rubricados no fecho, que deverão conter os seguintes dizeres em sua face externa:

**AO MUNICÍPIO DE SÃO VALENTIM, RS
SETOR DE LICITAÇÕES
PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2022
ENVELOPE Nº 1 - PROPOSTA DE PREÇOS
DATA E HORA DE ABERTURA
RAZÃO SOCIAL, CNPJ E ENDEREÇO COMPLETO DA LICITANTE**

**AO MUNICÍPIO DE SÃO VALENTIM, RS
SETOR DE LICITAÇÕES
PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2022
ENVELOPE Nº 2 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
DATA E HORA DE ABERTURA
RAZÃO SOCIAL, CNPJ E ENDEREÇO COMPLETO DA LICITANTE**

4.2 Uma vez encerrado o prazo para a entrega dos envelopes acima referidos, não mais será aceita a participação de nenhuma licitante retardatária.

5 DAS PROPOSTAS DE PREÇO E SUA ABERTURA.

5.1 A proposta de preços será apresentada preenchida por meio mecânico e/ou eletrônico, em português, sem emendas, rasuras ou entrelinhas (sob pena de desclassificação do item onde estes se apresentarem), assinada e identificada com a razão social da licitante, observando-se a ordem cronológica dos itens e especificações de acordo com o objeto, contendo os seguintes requisitos:

1- **preço unitário e total por item**, de acordo com o objeto licitado, discriminados em moeda corrente nacional, limitados a 02 (duas) casas decimais para os centavos;

Obs.: A proposta deverá, preferencialmente, ser apresentada também em mídia magnética, gerada por programa de geração disponibilizado na página da Prefeitura Municipal de São Valentim/RS, site www.saovalentim.rs.gov.br, no link licitações.



2- a licitante deverá mencionar obrigatoriamente em sua proposta a **MARCA** do objeto licitado. No caso de proposta que apresentar mais de uma marca, a CONTRATANTE reserva-se o direito de escolher a que melhor lhe convier.

3- inclusão de todas as despesas que influam nos custos, tais como: despesas com seguro, tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), obrigações sociais, trabalhistas, fiscais, encargos comerciais ou de qualquer natureza e todos os ônus diretos;

4- prazo de validade da proposta de no mínimo 60 (sessenta) dias, a contar da data da sessão deste certame;

5- a licitante poderá apresentar, juntamente com suas propostas financeiras, prospectos/catálogos/descrição minuciosa/especificações técnicas ou quaisquer outros elementos necessários ao bom e rápido conhecimento do objeto deste Edital;

6- o objeto ofertado deverá ser de qualidade e atender aos padrões exigidos na legislação vigente.

5.2 O valor máximo a ser pago será de o estimado na tabela constante do item 1.1.

5.2.1 A empresa que apresentar proposta acima do valor máximo estimado neste edital estará automaticamente inabilitada ou desclassificada.

5.3 Declarar expressamente que:

5.3.1 concorda com o prazo de entrega do objeto licitado, conforme item 11, deste edital;

5.3.2 concorda com o prazo de pagamento do objeto licitado, conforme item 17 deste edital;

5.3.3 assumirá inteira responsabilidade pela efetiva entrega do objeto licitado e efetuará de acordo com as especificações e instruções deste Edital e seus anexos, estando adequado à legislação vigente.

5.4 Os preços propostos serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração dos mesmos, sob a alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5 Caso os prazos estabelecidos neste Edital não estejam expressamente indicados na proposta, os mesmos serão considerados como aceitos de forma tácita, para efeitos de julgamento.

5.6 Poderão ser admitidos, pelo pregoeiro, erros de natureza formal, desde que não comprometam o interesse público e da Administração.



5.7 Não serão aceitos, em hipótese alguma, vantagens não previstas neste Edital.

6 DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS.

6.1 O pregão realizar-se-á de acordo com a legislação vigente, as disposições já consignadas no presente edital e as que seguem:

6.1.1 a sessão para recebimento e para abertura dos envelopes contendo a Proposta de Preços de interesse da licitante e os documentos que a instruírem, será pública, dirigida por um Pregoeiro e equipe de apoio e realizada de acordo com a Lei Federal nº 10.520/2002 e em conformidade com este Edital e seus Anexos, sendo realizada no local, data e horário indicados no preâmbulo deste Edital;

6.1.2 declarada aberta a sessão pública do pregão presencial, serão convidados os representantes das empresas que se fizerem presentes para apresentarem junto à mesa os documentos necessários ao credenciamento e/ou representação, na forma do item 3 deste edital, os quais poderão ser vistos e conferidos por todos os participantes e, necessariamente, rubricados;

6.1.3 em seguida serão anunciadas as empresas legalmente representadas, devendo as mesmas efetuar a entrega dos envelopes com as propostas de preços e de documentos para habilitação, apresentados na forma do Item 4;

6.1.4 após a entrega dos envelopes não cabe desistência de proposta, salvo motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro;

6.1.5 dando continuidade aos trabalhos, o Pregoeiro procederá a abertura dos envelopes contendo as Propostas de Preços, e escolherá aquela que apresentar o **MENOR PREÇO POR ITEM**, e classificará aquelas cuja variação situar-se no limite de até 10% (dez por cento) acima do menor preço do item ou, em não havendo pelo menos 03 (três) propostas naquelas condições, o pregoeiro classificará as melhores propostas subsequentes, até o máximo de três, para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas;

6.1.6 a análise de todas as propostas apresentadas quanto à sua conformidade com as exigências do Edital, procedendo-se a desclassificação daquelas desconformes, de forma a definir aquelas que se encontram aptas para a fase de lances verbais. Na análise das propostas, o Pregoeiro poderá utilizar-se da ajuda da Equipe de Apoio e de representantes do Setor/Seção interessado na aquisição do objeto, determinando, inclusive, a suspensão temporária da reunião, para analisar mais detalhadamente o conteúdo das propostas;

6.1.7 serão desclassificadas as propostas que:



- a) não atenderem às exigências do presente Edital e seus Anexos;
- b) sejam omissas em pontos essenciais, de modo a ensejar dúvidas;
- c) apresentem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento;
- d) contiverem opções de preços alternativos;
- e) se oponham a qualquer dispositivo legal vigente, bem como as que não atenderem aos requisitos do item 5;
- f) apresentarem preços manifestamente inexequíveis.

6.1.8 as demais propostas serão classificadas provisoriamente em ordem crescente de preços;

6.1.9 havendo empate nos preços ofertados nas propostas escritas, será realizado sorteio para fins da classificação;

6.1.10 definida a classificação provisória, por item, será registrada na ata da sessão pública o resumo das ocorrências até então havidas, consignando-se o rol de empresas participantes de cada item; preços ofertados, propostas eventualmente desclassificadas com a fundamentação legal para sua desclassificação e a ordem de classificação provisória;

6.1.11 o Pregoeiro iniciará a fase de lances verbais, os quais serão formulados pelos proponentes de forma sucessiva, em valores numéricos distintos e decrescentes, a partir do autor da proposta classificada em último lugar, registrados em planilhas, observando o que segue:

- a) as rodadas de lances verbais serão repetidas quantas vezes forem necessárias, até que se obtenha um preço compatível com o mercado para a aquisição do produto/mercadoria/serviço;
- b) o lance inicial deverá sempre ser de menor valor em comparação com o de menor preço ofertado, e a partir de então o lance de menor valor da rodada em andamento;
- c) dada a palavra, a licitante, disporá de até 02 (dois) minutos para apresentar nova proposta, obedecida a ordem prevista nos subitens 6.1.5 c/c 6.1.11;
- d) a diferença entre cada lance será livre.

6.1.12 a desistência em apresentar lance verbal, quando convocada pelo Pregoeiro, implicará na exclusão da licitante da etapa de lances verbais e a manutenção do último preço ofertado para efeito de ordenação das propostas;

6.1.13 não poderá haver desistência dos lances já ofertados, sujeitando-se a proponente desistente as penalidades constantes neste edital;

6.1.14 o pregoeiro poderá negociar diretamente com a licitante que ofertou o menor preço, para que seja obtido preço melhor;



6.1.15 caso não seja ofertado nenhum lance verbal, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação, podendo o Pregoeiro negociar diretamente com a proponente para que seja obtido preço melhor;

6.1.16 o encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocadas pelo pregoeiro, as licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances;

6.1.17 encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, de acordo com o menor preço apresentado, o pregoeiro verificará a aceitabilidade da proposta de venda pelo valor mais baixo, comparando-a com os valores consignados em planilha de custos, decidindo, motivadamente, a respeito;

6.1.18 sendo aceitável a proposta classificada em primeiro lugar para o referido item, será verificado o atendimento das condições habilitatórias do vencedor, mediante abertura do respectivo envelope de documentação, na forma do item 7 deste Edital;

6.1.19 constatando-se o atendimento pleno das exigências fixadas no edital, a licitante classificada e habilitada, será(ao) declarada(s) vencedora(s) do certame a(s) proposta(s) de **MENOR PREÇO POR ITEM**, conforme estabelece o subitem 6.1.5, abrindo-se, neste momento, a oportunidade para manifestação da intenção de interpor recurso às licitantes, nos termos do item 10 (DO RECURSO) deste instrumento. Na ausência de recursos, após a declaração da vencedora, o Pregoeiro adjudicará o objeto do certame, encaminhando imediatamente o processo à autoridade competente, para homologação do procedimento a seu critério;

6.1.20 estando a documentação de habilitação incompleta e/ou incorreta e/ou contrariando qualquer dispositivo deste Edital e seus Anexos, o Pregoeiro considerará a proponente inabilitada;

6.1.21 sendo considerada inabilitada a proponente cuja proposta tenha sido classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro prosseguirá na abertura do envelope de documentação de habilitação da proponente classificada em segundo lugar e, assim sucessivamente, se for o caso, até a habilitação de uma empresa classificada, sem prejuízo de nova análise e negociação dos preços ofertados;

6.1.22 na hipótese de inabilitação de todas as licitantes que participaram da disputa verbal, poderá ser convocada nova sessão competitiva, com os classificados remanescentes;

6.1.23 decididos os recursos eventualmente interpostos, observados os trâmites legais, será adjudicado o objeto da licitação à licitante vencedora de cada item e homologado o certame;



6.1.24 os envelopes contendo a documentação relativa à habilitação das licitantes desclassificadas, bem como, os envelopes das licitantes classificadas, não declaradas vencedoras do certame, permanecerão sob custódia do Pregoeiro, pelo prazo de 30 (trinta) dias, da homologação da licitação, devendo a licitante retirá-lo, após aquele período, no prazo de 05 (cinco) dias ou até o recebimento definitivo do objeto ora licitado. Esgotado o prazo o envelope será inutilizado;

6.1.25 da sessão pública deste pregão lavrar-se-á ata circunstanciada, onde serão registrados todos os atos praticados, especialmente o registro das licitantes credenciadas, as propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, a análise da documentação exigida para habilitação, recursos interpostos, a qual, após lida, será assinada pelo Pregoeiro, demais membros da Equipe de Apoio e pelas licitantes presentes;

6.1.26 caso haja necessidade de adiamento da sessão pública, será marcada nova data para continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, as licitantes presentes.

6.2 No caso de participação de licitante que detenha a condição de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, serão observados os seguintes critérios, nos termos da Lei Complementar nº 123/06.

a) será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas. (Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas mesmas sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores a proposta de menor valor apresentada por empresa que não estiver amparada na lei complementar nº 123/06);

b) a microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativas, detentora da proposta de menor valor, no prazo máximo de 05 (cinco) minutos, após a notificação por parte da Pregoeira, poderá apresentar, nova proposta de preço, inferior àquela considerada, até então, de menor preço, situação em que será considerada vencedora do certame;

c) não ocorrendo a contratação da microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativas, na forma da alínea anterior, serão convocadas as MEs, EPPs ou Cooperativas remanescentes, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

d) no caso de equivalência de valores apresentados pelas microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas que se enquadrem no disposto na alínea “b”, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar a melhor oferta;

e) na hipótese da não contratação nos termos previstos na alínea “b”, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.



6.3 O disposto no subitem 6.2 e alíneas, deste edital, não se aplica às hipóteses em que a proposta de menor valor tiver sido apresentada por microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa.

7 DA HABILITAÇÃO.

7.1 Para fins de habilitação neste Pregão, a licitante deverá apresentar, no ENVELOPE N.º 02 os seguintes documentos:

7.1.1 cédula de identidade do(s) sócio(s)-proprietário(s) ou do(s) diretor(es) da empresa;

7.1.2 registro comercial, no caso de empresa individual;

7.1.3 ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

Observação: Fica dispensado da apresentação da documentação solicitada no item 7.1.1, 7.1.2 e no item 7.1.3, a licitante que apresentou os mesmos no credenciamento, os quais deverão estar disponíveis para verificação por parte dos demais licitantes nesta fase.

7.1.4 decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

7.1.5 prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - **CNPJ/MF**;

7.1.6 **prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes do Estado ou do Município**, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

7.1.7 prova de regularidade com a Fazenda **Federal** (Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014), **Estadual e Municipal**, sendo a última do domicílio ou sede da licitante;

7.1.8 prova de regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (**FGTS**);

7.1.9 declaração que atende ao disposto no artigo 7.º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, conforme modelo do Decreto Federal nº 4.358-02, de acordo com o modelo em anexo (Anexo III);



7.1.10 prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - **CNDT**);

7.1.11 alvará expedido pela Vigilância Sanitária, em vigor, da empresa participante do certame;

7.1.12 declaração que a licitante possui depósito para armazenar os produtos, no perímetro urbano do município de São Valentim/RS.

7.2 Da habilitação das ME, EPP e Cooperativas.

7.2.1 A microempresa e a empresa de pequeno porte, bem como a cooperativa que atender aos subitens 2.1.2 e 2.1.3 deste Edital, que possuir restrição em qualquer dos documentos de regularidade fiscal, previstos nos subitens 7.1.7, 7.1.8 e 7.1.10 deste Edital, terá sua habilitação condicionada à apresentação de nova documentação, que comprove a sua regularidade, em 05 (cinco) dias úteis, a contar da data em que for declarada como vencedora do certame.

7.2.2 O benefício de que trata o subitem anterior não eximirá a microempresa, empresa de pequeno porte ou a cooperativa, da apresentação de todos os documentos, ainda que apresentem alguma restrição.

7.2.3 O prazo que trata o subitem 7.2.1 deste Edital, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado e que sua concessão não interfira no procedimento licitatório. O pedido deverá ser feito de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

7.2.4 A não regularização da documentação, no prazo fixado no subitem 7.2.1, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das penalidades previstas neste Edital, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

7.2.5 No envelope nº 2, habilitação das empresas, não serão exigidos os documentos constantes do subitem 3.4, alíneas “a” e “b”, os quais no entanto, deverão estar disponíveis para verificação por parte dos demais licitantes nesta fase.

7.3 Das Cooperativas de Trabalho.

As cooperativas, além de atenderem as exigências anteriores, pertinente a habilitação, deverão apresentar os seguintes documentos, por força da Lei nº. 5764/71, combinada com o inciso IV do art. 30 da Lei Federal nº. 8.666/93:



- a) Estatuto Social, com ata da assembleia de aprovação, conforme a Lei nº. 5764/71, que comprove que a cooperativa tem como objeto o fornecimento exigido nesta licitação.
- b) Regimento Interno (com a ata de assembleia que o aprovou).
- c) Registro na Organização das Cooperativas do Estado sede da mesma (no Rio Grande do Sul – OCERGS) e Certidão de Regularidade expedida pela mesma.
- d) Ata de fundação da cooperativa, devidamente registrada na Junta Comercial.
- e) Atas de eleição dos dirigentes e conselheiros fiscais, realizadas através de assembleias gerais ordinárias.
- f) Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados (com ata da assembleia que o aprovou).
- g) Registro de presença dos cooperados em assembleias gerais.
- h) Certidão Negativa de Processo Administrativo junto ao Ministério Público do Trabalho da sede da cooperativa.
- i) Certidão Negativa da Justiça do Trabalho da sede da cooperativa de que não há condenação trabalhista de associados contra a cooperativa gerando vínculo de emprego.

7.4 Disposições gerais acerca da habilitação.

7.4.1 Os prazos máximos de validade das Certidões de Quitação ou Regularidade, caso não constem nas mesmas, serão de 03 (três) meses a contar da data de emissão.

7.4.2 Os documentos necessários à habilitação que poderão ser apresentados em original, ou qualquer processo de cópia autenticada através de cartório competente, ou ainda por servidor da Prefeitura Municipal de São Valentim a vista dos originais.

7.4.3 O pregoeiro, por sua iniciativa, ou através de membro de sua equipe de apoio, poderá proceder a verificação da autenticidade de qualquer documento apresentado, através de consulta "ON LINE" a INTERNET, por ocasião da abertura do envelope "documentação" da licitante vencedora.

7.4.4 A constatação, a qualquer tempo, de adulteração ou falsificação dos documentos apresentados, ensejará aplicação da penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 02 (dois) anos, bem como declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos, independentemente das medidas penais cabíveis.

7.4.5 As empresas licitantes estão obrigadas, no que diz respeito à habilitação no certame, a apresentar toda a documentação supracitada, comprovando sua



regularidade perante os referidos órgãos, sendo que tais documentos deverão ser entregues acondicionados em envelopes devidamente identificados.

8 DA IMPUGNAÇÃO.

8.1 A impugnação ao ato convocatório obedecerá aos termos do Decreto Municipal nº 233 de 01 de julho de 2016 e do art. 41 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993.

8.2 As impugnações ao ato convocatório do pregão serão recebidas até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para o recebimento das propostas.

8.2.1 Caberá ao pregoeiro encaminhá-las à autoridade competente, que decidirá no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

8.2.2 Deferida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para realização do certame.

8.3 A impugnação feita tempestivamente pela licitante não a impedirá de participar deste Pregão.

8.4 As impugnações deverão ser protocoladas junto ao Setor de Licitações do município de São Valentim/RS e não serão reconhecidas as impugnações interpostas por fax ou e-mail e aquelas com os respectivos prazos legais vencidos.

9 DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO.

9.1 Constatado o atendimento das exigências fixadas no edital, à licitante que ofertar o menor preço será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame.

9.2 Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro proclamará a vencedora e, a seguir, proporcionará as licitantes a oportunidade para manifestarem a intenção de interpor recurso, esclarecendo que a falta dessa manifestação expressa, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recorrer por parte da licitante.

10 DOS RECURSOS.

10.1 Tendo a licitante manifestado, motivadamente, na sessão pública do pregão, a intenção de recorrer, esta terá o prazo de 03 (três) dias corridos para a apresentação das razões de recurso.

10.2 Constará na ata da sessão a síntese das razões de recurso apresentadas, bem como, o registro de que todos os demais licitantes ficaram intimadas para, querendo, manifestarem-se sobre as razões do recurso, no prazo de 03 (três) dias corridos, após o término do prazo da recorrente, proporcionando-se, a todas, vista imediata do processo.



10.3 A manifestação expressa da intenção de interpor recurso e da motivação, na sessão pública do pregão, são pressupostos de admissibilidade dos recursos.

10.4 O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio daquela que praticou o ato recorrido, a qual poderá, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, reconsiderar sua decisão ou fazê-lo subir, acompanhado de suas razões, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da subida do recurso, sob pena de responsabilidade daquele que houver dado causa à demora.

10.5 As razões de recurso deverão ser protocolizadas, no prazo supra, junto ao Setor de Licitações, sediada na Praça Presidente Tancredo de Almeida Neves nº 30 - Centro - São Valentim-RS, nos dias úteis, no horário de expediente. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, na Secretaria de Administração.

10.6 Não serão reconhecidos os recursos interpostos por fax, e-mail e aqueles com os respectivos prazos legais vencidos.

10.7 O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

11 DA ENTREGA DO OBJETO LICITADO.

11.1 **Os produtos serão solicitados em parte, conforme a necessidade do Município,** e deverão ser entregues pela CONTRATADA, em local a ser indicado em cada solicitação, na sede do município, obedecido ao quesito de qualidade, sem custos adicionais, reservado ao município o direito de rejeitar os produtos de péssima qualidade, com defeito e/ou quebradas, na qual deverão ser substituídos imediatamente.

11.2 **Os gêneros alimentícios para alimentação escolar** deverão ser entregues conforme cronogramas de entrega (**ANEXO IV**), de forma fracionada de acordo com a necessidade que serão solicitados pela Nutricionista Técnica Responsável, e deverão ser entregues pelos fornecedores diretamente na Secretaria Municipal de Educação, sito a Rua João Saroli, no Setor de Alimentação Escolar, obedecido ao quesito de qualidade, sem custos adicionais, reservado ao município o direito de rejeitar os produtos de baixa qualidade, impróprios para o consumo humano, com defeito e/ou quebradas, na qual deverão ser substituídos no prazo de 12 horas, a contar do ato que rejeitou.

11.3 No momento da entrega do objeto licitado, além de todas as especificações solicitadas no Edital, o fornecedor deverá respeitar o Código de Defesa do Consumidor.

11.4 Deverão ser observadas as exigências e acondicionamento para todos os produtos solicitados, de acordo com a legislação vigente.



11.5 Todo e qualquer fornecimento de produtos fora do estabelecido neste contrato será imediatamente notificado à CONTRATADA, que ficará obrigada a substituí-lo no prazo máximo de 12 (doze) horas após o recebimento da notificação, o que fará prontamente, sem qualquer ônus ao Município.

11.6 O prazo de validade dos produtos deverão ser de no mínimo 06 (seis) meses, contado a partir da data de entrega dos mesmos, com tolerância de, no máximo 15 (quinze) dias consecutivos. Devem estar especificados, na embalagem, a data de fabricação e o prazo de validade.

11.7 Não serão aceitos, no momento da entrega, produtos fora das especificações mencionadas neste edital e/ou de marca diferente daquela constante na sua proposta. No caso de proposta que apresentar mais de uma marca, a CONTRATANTE reserva-se o direito de escolher a que melhor lhe convier.

11.8 A pessoa indicada como responsável pelo recebimento do objeto licitado, reserva-se o direito de não os receber se não estiverem de acordo com o solicitado, devendo o fornecedor substituí-los sem prejuízos ao Município.

11.9 A licitante deverá possuir depósito para armazenar os produtos, no perímetro urbano do município de São Valentim/RS, para fins de fiscalização.

11.10 O objeto licitado deverá ser transportado em veículo da contratada, até o local de entrega mencionado no item 11.1 e 11.2.

11.11 Caberá ao(s) fornecedor(es) o descarregamento dos produtos quando da entrega, devendo o(s) mesmo(s) possuir pessoal disponível para tal serviço.

11.12 Se os servidores responsáveis pelo recebimento verificar a necessidade de realizar análises físico-químicas em algum produto, o fornecedor será responsável pelo pagamento dos serviços ao laboratório autorizado.

11.13 O responsável pelo recebimento se reserva o direito de pesar os alimentos na presença do representante do fornecedor, para conferência dos mesmos.

11.14 O objeto, se estiver de acordo com o edital e a proposta, será recebido:

a) PROVISORIAMENTE, no ato da entrega do objeto licitado, para posterior verificação de sua conformidade com o solicitado no edital de licitação;

b) DEFINITIVAMENTE, após a verificação da qualidade, características e quantidade do bem e consequente aceitação e, após o cumprimento de todos os requisitos solicitadas no edital.



11.15 A aceitação do objeto, não exclui a responsabilidade civil, por vícios de forma, quantidade, qualidade ou técnicos ou por desacordo com as correspondentes especificações, verificadas posteriormente.

11.16 O objeto recusado será considerado como não entregue.

11.17 Os custos de retirada e devolução do objeto recusado, bem como quaisquer outras despesas decorrentes, correrão por conta da contratada.

11.19 A empresa contratada terá o prazo máximo de 12 (doze) horas para retirada do objeto recusado, após notificação do município.

12 DO CONTRATO.

12.1 Homologada a licitação, a Administração, no prazo de até 05 (cinco) dias, convocará o vencedor para assinar o contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei n.º 8.666/93.

12.2 O prazo de que trata o subitem anterior poderá ser prorrogado uma vez, pelo mesmo período, desde que seja feito de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

12.3 Se, dentro do prazo, o convocado não assinar o contrato, o Pregoeiro poderá convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para nova negociação até chegar a um vencedor ou recomendar a renovação da licitação independentemente da cominação prevista no art. 81, da Lei n.º 8.666/93 e disposições do edital.

12.4 O contrato deverá ser assinado junto ao Setor de Licitações do Município de São Valentim, sito a Praça Presidente Tancredo de Almeida Neves nº 30, pelo representante legal da empresa ou pessoa legalmente autorizada através de procuração.

12.5 O prazo de vigência do **contrato será até 20 de dezembro de 2022**, a contar de sua assinatura.

13 DA RESPONSABILIDADE DA EMPRESA CONTRATADA.

A empresa vencedora obriga-se cumprir as obrigações constantes neste edital, as relacionadas na minuta de contrato e sem prejuízo das decorrentes das normas, dos anexos e da natureza da atividade e principalmente as relacionadas a seguir:

- a) entregar o objeto licitado conforme especificações deste edital e seus anexos e em consonância com a proposta de preços;
- b) manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;



- c) providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pelo CONTRATANTE;
- d) arcar com eventuais prejuízos causados ao CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida na execução do contrato;
- e) aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos e supressões até 25% do valor inicial atualizado do contrato ou da nota de empenho;
- f) arcar com todas as despesas com taxas, impostos ou quaisquer outros acréscimos legais, que correrão por conta exclusiva da CONTRATADA;
- g) responder, direta ou indiretamente, por quaisquer danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, por dolo ou culpa;
- h) fornecer o objeto licitado com qualidade, a partir de sua ativação até o término do Contrato;
- i) responsabilizar-se pelas obrigações trabalhistas ou previdenciárias, decorrentes da relação empregatícia entre ela e seus prepostos e empregados que forem designados para a execução do objeto licitado;
- j) estar ciente de que a CONTRATADA é a única e exclusiva responsável por defeitos ou vícios do objeto licitado relativos à fabricação;
- k) estar ciente de que em caso de constatação de quaisquer defeitos no objeto contratado, a mesma providenciará sua troca por outro equivalente ou superior, sem qualquer ônus ao Município, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas após a solicitação formal do mesmo;
- l) fornecer o objeto licitado devidamente identificado, reservando-se a CONTRATANTE, por seu fiscalizador, o direito de exigir “Certificado de Qualidade”, emitido pelo fornecedor e/ou fabricante.

14 DA RESPONSABILIDADE DO MUNICÍPIO.

O Município obriga-se a cumprir as obrigações constantes neste edital, relacionadas na minuta de contrato e sem prejuízo das decorrentes das normas, dos anexos e da natureza da atividade.

15 DAS PENALIDADES.

A aplicação de penalidade à licitante vencedora reger-se-á conforme o estabelecido na Seção II do Capítulo IV - Das Sanções Administrativas da Lei 8.666/93.

15.1 Caso a CONTRATADA se recuse a fornecer os produtos constantes do objeto, conforme contratado, sem motivo justificado, ficará caracterizado o descumprimento total da obrigação assumida, sendo-lhe aplicada, isoladamente ou cumulativamente:

- a) advertência, por escrito;
- b) multa;



c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

15.1.1 Caso a CONTRATADA não possa cumprir os prazos estipulados, deverá apresentar justificativa por escrito, antes da ocorrência do evento, ficando a critério da CONTRATANTE a sua aceitação.

15.1.2 Se a fiscalização identificar irregularidades ou desconformidades passíveis de sanamento, notificará a CONTRATADA para, em prazo determinado, proceder às correções necessárias. Se, findo o prazo estabelecido pela fiscalização, as irregularidades não forem sanadas, será considerado a inadimplência contratual.

15.1.3 A partir dessa data, considerar-se-á recusa, sendo-lhes aplicadas as sanções de que trata o subitem 15.1, sem prejuízo da aplicação do contido no subitem 15.2.

15.1.4 A sanção de advertência será aplicada, por escrito, caso a inadimplência ou irregularidade cometida pela CONTRATADA acarrete consequências no fornecimento do objeto contratado.

15.1.5 Será aplicada multa de 0,5% sobre o valor total contratado, por dia de atraso no fornecimento do objeto contratado, contados a partir do prazo estabelecido na advertência escrita emitida pelo município, aplicada em dobro a partir do décimo dia de atraso até o vigésimo dia, quando o Município poderá decidir pela continuidade da multa ou rescisão contratual, aplicando-se na hipótese de rescisão apenas a multa prevista no subitem 15.1.6 infra, sem prejuízo da aplicação das demais cominações legais.

15.1.6 Multa de 8% (oito por cento), incidente sobre o valor do contrato, no caso de inexecução parcial do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 01 (um ano).

15.1.7 Multa de 15% (quinze por cento) no caso de inexecução total do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 02 (dois anos).

15.1.8 No caso de reincidência, ou em situações que causem significativos transtornos, danos ou prejuízos à Administração, ocasiões em que a licitante apresentar documentação falsa ou deixar de entregar documentação exigida para o certame, ensejar o retardamento do fornecimento do objeto, não mantiver a proposta, não celebrar o contrato ou instrumento equivalente, falhar ou fraudar a execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, ser-lhe-á aplicada sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos, enquanto



perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, garantida a prévia defesa, sem prejuízos das multas previstas em edital e no contrato, e das demais cominações legais.

15.1.9 Caracterizada situação grave, que evidencie dolo ou má-fé, será aplicada ao licitante a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e, após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

15.2 As multas devidas e/ou prejuízos causados às instalações do Município pela CONTRATADA, serão deduzidos dos valores a serem pagos, recolhidos em conta específica em favor da CONTRATANTE, ou cobrados judicialmente.

15.2.1 Se a CONTRATADA não tiver valores a receber do Município terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, após a notificação oficial, para recolhimento da multa na forma estabelecida no subitem anterior.

15.3 A aplicação de multas, bem com a rescisão do contrato, não impede que o Município aplique à CONTRATADA as demais sanções previstas no subitem 15.1.

15.4 A aplicação de quaisquer das sanções relacionadas neste edital ou no contrato será precedida de processo administrativo, garantindo-se no mesmo à CONTRATADA o direito da ampla defesa.

16 DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA.

As despesas decorrentes da contratação oriunda desta licitação correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

07.01 – Secretaria de Assistência Social - FMP
339030070000 – Gêneros de Alimentação
2013 – Man. Sec. Assistência Social
Vínculo: 1164 Reduzido: 6520

07.03 – Secretaria de Assistência Social - FMAS
339030070000 – Gêneros de Alimentação
2330 – Fort. Do Controle Social – IGD-PBF
Vínculo: 1411 Reduzido: 13727

07.03 – Secretaria de Assistência Social - FMAS
339030070000 – Gêneros de Alimentação
2260 – Serv. Prot. Soc. Básica - Reordenamento
Vínculo: 1072 Reduzido: 9720



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE
SÃO VALENTIM

07.01 – Secretaria de Assistência Social - FMP
33.90.32.03.00.00 – Material destinado a Assis. Social
2225 – Benefícios Eventuais
Vínculo: 1094 Reduzido: 6844

07.01 – Secretaria de Assistência Social - FMP
33.90.30.04.00.00 – Gás e outros materiais engarrafados
2013 – Man. Sec. Assistência Social
Vínculo: 1164 Reduzido: 6517

09.01 – Fundo Mun. Saúde Recursos Próprios ASPS
339030070000 – Gêneros de Alimentação
2006 – Manutenção dos Serviços de Saúde
Vínculo: 40 Reduzido: 18810

09.01 – Fundo Mun. Saúde Recursos Próprios ASPS
339030040000 – Gás e outros materiais engarrafados
2006 – Manutenção dos Serviços de Saúde
Vínculo: 40 Reduzido: 18807

11.01 – Encargos Gerais
339030070000 – Gêneros de alimentação
2148 – Manutenção encargos gerais do município
Vínculo: 1 Reduzido: 23974

11.01 – Encargos gerais
339030040000 – Gás e outros materiais engarrafados
2148 - Manutenção encargos gerais do município
Vínculo: 1 Reduzido: 23971

05: Secretaria de Educação
04: Setor da Merenda Escolar Educação Fundamental
Projeto/Atividade: 2033 – Manutenção da Alimentação Escolar Ensino Fundamental
Rubrica: 33.90.30.07.00.00 – Gêneros de Alimentação
Vínculo: 1062 Reduzido: 12063

05: Secretaria de educação
05: Setor da Alimentação Escolar Educação Infantil
Projeto/Atividade: 2308 – Manutenção da Alimentação Escolar Infantil
Rubrica: 33.90.30.07.00.00 – Gêneros de alimentação
Vínculo: 1065 Reduzido: 8055

05.01 Secretaria de educação
Projeto/Atividade: 2028 – Manutenção da Secretaria de Educação
Rubrica: 33.90.30.04.00.00 – Gás e outros materiais engarrafados
Vínculo: 20 Reduzido: 1590



17 DA EMISSÃO DA NOTA FISCAL E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO.

17.1 O CONTRATANTE pagará pelo fornecimento de que trata o presente contrato, a importância total de R\$ () referente aos itens, do Pregão Presencial nº 016/2022.

17.2 O pagamento será proporcional a cada entrega das mercadorias, à vista, efetuado em moeda corrente nacional, após vistoria e aceitação do objeto contratado pelo setor responsável da municipalidade e apresentação da nota fiscal correspondente, deduzidos todos os tributos legais.

17.2.1 Na emissão da nota fiscal deverá conter o número do contrato administrativo, número do processo licitatório e constar os dados bancários da CONTRATADA.

17.3 Não será efetuado qualquer pagamento à CONTRATADA enquanto perdurar pendência de liquidação de obrigações em virtude de penalidades ou inadimplência contratual.

17.4 O Município somente atestará e liberará a Nota Fiscal para pagamento, quando cumpridas, pela licitante vencedora, todas as condições pactuadas.

17.5 Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa, a mesma será devolvida e o pagamento ficará pendente até que a licitante vencedora providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação de novo documento fiscal, não acarretando qualquer ônus ao Município.

17.6 Ocorrendo atraso injustificado no pagamento, os valores serão corrigidos monetariamente pelo IGP-M/FGV do período, ou outro índice que vier a substituí-lo, e a Administração compensará a empresa vencedora com juros de 0,5% ao mês, pro rata.

17.7 Serão processadas as retenções referentes ao Imposto de Renda Retido na Fonte, quando for o caso, conforme legislação pertinente.

18 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

18.1 Ao Pregoeiro ou à Autoridade Superior é facultado, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

OBS: Autoridade superior é o Prefeito.

18.2 A simples participação na licitação implicará no conhecimento e aceitação tácita das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

18.3 Serão desclassificadas as propostas elaboradas em desacordo com os termos deste Edital.



18.4 As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre as interessadas, sem comprometimento da segurança do futuro contrato.

18.5 Fica assegurado à Prefeitura Municipal, o direito de, no interesse da Administração, anular ou revogar, a qualquer tempo, no todo ou em parte, a presente licitação, dando ciência aos participantes, na forma da legislação vigente, observado o disposto no artigo 49 da Lei Federal 8.666/93.

18.6 Até a entrega do objeto licitado poderá a licitante vencedora ser excluída da licitação, sem direito a indenização ou ressarcimento e sem prejuízo de outras sanções cabíveis, se a Prefeitura Municipal tiver conhecimento de qualquer fato ou circunstância superveniente, anterior ou posterior ao julgamento desta licitação, que desabone sua idoneidade ou capacidade financeira, técnica ou administrativa.

18.7 As decisões do Pregoeiro serão comunicadas mediante publicação no mural oficial da Prefeitura Municipal, salvo com referência àquelas que, lavradas em ata, puderem ser feitas diretamente aos representantes legais das licitantes presentes ao evento, ou, ainda, por intermédio de ofício, desde que comprovado o seu recebimento, principalmente, quanto ao resultado de:

- a) julgamento deste Pregão;
- b) recurso por ventura interposto.

18.8 Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração e/ou apresentação de quaisquer documentos relativos a esta licitação.

18.9 Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

18.10 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

18.11 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Prefeitura Municipal.

18.12 Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes na Lei nº 10.520/2002 e na Lei nº 8666/1993.

18.13 Só terão direito a usar a palavra, rubricar as propostas, apresentar reclamações ou recursos, assinar atas e contratos, as licitantes ou seus representantes credenciados, o Pregoeiro e os membros da Equipe de Apoio.



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE
SÃO VALENTIM

18.14 Na eventualidade de ser apresentado algum documento em língua estrangeira, deverá estar acompanhado da respectiva tradução para o idioma pátrio, feita por tradutor público juramentado.

18.15 Quando todas as propostas forem desclassificadas ou todos os proponentes forem inabilitados, a Administração poderá fixar a interessado, na forma do Art. 48, § 3º da Lei nº 8666/93, prazo para apresentação de nova proposta e/ou documentação, em Sessão Pública a ser definida pelo Pregoeiro.

18.16 O horário de referência do presente edital é o horário de Brasília-DF.

18.17 As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, poderão ser processadas e julgadas no Foro da Comarca de São Valentim, RS, com exclusão de qualquer outro.

18.18 Constituem anexos e fazem parte integrante deste edital:

- I – Minuta do contrato;
- II – Modelo de Declaração de Habilitação;
- III - Modelo de declaração (Decreto Federal nº 4.358-02);
- IV – Cronograma de entrega.

18.19 Maiores informações serão prestadas aos interessados, no horário de expediente, no Centro Administrativo do município de São Valentim, no Setor de Licitações, sito a Praça Tancredo de Almeida Neves, 30, ou pelos telefones (054) 3373-1206/3373-1224.

18.20 O Caderno de Licitação, composto de Edital e Anexos, poderá ser retirado no Centro Administrativo do município de São Valentim ou via internet, no site do Município: www.saovalentim.rs.gov.br ou requisitado através do seguinte e-mail: licitacoes@saovalentim.rs.gov.br.

São Valentim, 14 de julho de 2022.

CLAUDIMIR PANIZ
Prefeito Municipal

ESTE EDITAL E SEUS ANEXOS FORAM EXAMINADOS E APROVADOS PELO PROCURADOR DO MUNICÍPIO.

MÁRCIO CANTELLI COMINETTI
Procurador do Município
OAB/RS nº 75.483



ANEXO I

MINUTA DE CONTRATO PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E OUTROS PARA AS SECRETARIAS MUNICIPAIS.

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ____/2022.

Termo de contrato que entre si fazem o Município de São Valentim e a empresa _____, tendo como objeto aquisição de gêneros alimentícios e outros para as Secretarias Municipais.

Pelo presente termo de contrato, de um lado, o **MUNICÍPIO DE SÃO VALENTIM**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 87.613.378/0001-49, com sede na Praça Tancredo de Almeida Neves, nº 30, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr....., ..., portador do CPF nº ... e Carteira de Identidade nº, residente e domiciliado na, neste município, doravante denominado de "**CONTRATANTE**", e, de outro lado, a empresa _____, inscrita no CNPJ _____, pessoa jurídica de direito privado, com sede na _____, na cidade de _____, neste ato representada pelo Sr. _____, _____, portador da cédula de identidade nº ____ e CPF nº _____, residente e domiciliado na _____, na cidade de _____, telefone __, doravante denominado "**CONTRATADA**", com base na licitação modalidade **PREGÃO PRESENCIAL, nº 016/2022**, na Lei Federal n.º 10.520/02 com aplicação subsidiária da Lei Federal n.º 8.666/93, alterações posteriores, assim como em conformidade com as condições do edital referido, e termos da proposta, firmam o presente contrato, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO.

1.1 Constitui objeto deste contrato, aquisição de gêneros alimentícios e outros para as Secretarias Municipais, conforme o relacionado a seguir:

.....

1.2 A CONTRADA compromete-se a manter a qualidade do(s) produto(s) fornecido(s) conforme preconiza a legislação vigente.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA ENTREGA DO OBJETO CONTRATADO.

2.1 Os produtos serão solicitados em parte, conforme a necessidade do Município, e deverão ser entregues pela CONTRATADA, em local a ser indicado em cada solicitação, na sede do município, obedecido ao quesito de qualidade, sem custos adicionais, reservado ao município o direito de rejeitar os produtos de péssima qualidade, com defeito e/ou quebradas, na qual deverão ser substituídos imediatamente.



2.2 Os gêneros alimentícios para alimentação escolar deverão ser entregues conforme cronogramas de entrega (**ANEXO IV**), de forma fracionada de acordo com a necessidade que serão solicitados pela Nutricionista Técnica Responsável, e deverão ser entregues pelos fornecedores diretamente na Secretaria Municipal de Educação, sito a Rua João Saroli, no Setor de Alimentação Escolar, obedecido ao quesito de qualidade, sem custos adicionais, reservado ao município o direito de rejeitar os produtos de baixa qualidade, impróprios para o consumo humano, com defeito e/ou quebradas, na qual deverão ser substituídos no prazo de 12 horas, a contar do ato que rejeitou.

2.3 No momento da entrega do objeto contratado, além de todas as especificações solicitadas no Edital e neste contrato, o fornecedor deverá respeitar o Código de Defesa do Consumidor.

2.4 Deverão ser observadas as exigências e acondicionamento para todos os produtos solicitados, de acordo com a legislação vigente.

2.5 Todo e qualquer fornecimento de produtos fora do estabelecido neste contrato será imediatamente notificado à CONTRATADA, que ficará obrigada a substituí-lo no prazo máximo de 12 (doze) horas após o recebimento da notificação, o que fará prontamente, sem qualquer ônus ao Município.

2.6 O prazo de validade dos produtos deverão ser de no mínimo 06 (seis) meses, contado a partir da data de entrega dos mesmos, com tolerância de, no máximo 15 (quinze) dias consecutivos. Devem estar especificados, na embalagem, a data de fabricação e o prazo de validade.

2.7 Não serão aceitos, no momento da entrega, produtos fora das especificações mencionadas no edital e/ou de marca diferente daquela constante na sua proposta. No caso de proposta que apresentar mais de uma marca, a CONTRATANTE reserva-se o direito de escolher a que melhor lhe convier.

2.8 A pessoa indicada como responsável pelo recebimento do objeto contratado, reserva-se o direito de não os receber se não estiverem de acordo com o solicitado, devendo o fornecedor substituí-los sem prejuízos ao Município.

2.9 A CONTRATADA deverá possuir depósito para armazenar os produtos perecíveis, no perímetro urbano do município de São Valentim/RS, para fins de fiscalização.

2.10 O objeto contratado deverá ser transportado em veículo da CONTRATADA, até o local de entrega mencionado no item 2.1 e 2.2.

2.11 Caberá ao(s) fornecedor(es) o descarregamento dos produtos quando da entrega, devendo o(s) mesmo(s) possuir pessoal disponível para tal serviço.



2.12 Se os servidores responsáveis pelo recebimento verificar a necessidade de realizar análises físico-químicas em algum produto, o fornecedor será responsável pelo pagamento dos serviços ao laboratório autorizado.

2.13 O responsável pelo recebimento se reserva o direito de pesar os alimentos na presença do representante do fornecedor, para conferência dos mesmos.

2.14 O objeto, se estiver de acordo com o edital e a proposta, será recebido:

a) PROVISORIAMENTE, no ato da entrega do objeto contratado, para posterior verificação de sua conformidade com o solicitado no edital de licitação e neste contrato;

b) DEFINITIVAMENTE, após a verificação da qualidade, características e quantidade do produto e consequente aceitação e, após o cumprimento de todos os requisitos solicitado no edital e neste contrato.

2.15 A aceitação do objeto, não exclui a responsabilidade civil, por vícios de forma, quantidade, qualidade ou técnicos ou por desacordo com as correspondentes especificações, verificadas posteriormente.

2.16 O objeto recusado será considerado como não entregue.

2.17 Os custos de retirada e devolução do objeto recusado, bem como quaisquer outras despesas decorrentes, correrão por conta da CONTRATADA.

2.18 A CONTRATADA terá o prazo máximo de 12 (doze) horas para retirada do objeto recusado, após notificação do município.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA VIGÊNCIA DO CONTRATO.

O prazo de vigência do contrato será até 20 de dezembro de 2022, a contar de sua assinatura.

CLÁUSULA QUARTA: DO VALOR, EMISSÃO DA NOTA FISCAL E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO.

4.1 O CONTRATANTE pagará pelo fornecimento de que trata o presente contrato, a importância total de R\$ () referente aos itens, do Pregão Presencial nº 016/2022.

4.2 O pagamento será proporcional a cada entrega das mercadorias, à vista, efetuado em moeda corrente nacional, após vistoria e aceitação do objeto contratado pelo setor responsável da municipalidade e apresentação da nota fiscal correspondente, deduzidos todos os tributos legais.

4.2.1 Na emissão da nota fiscal deverá conter o número do contrato administrativo, número do processo licitatório e constar os dados bancários da CONTRATADA.



4.3 Não será efetuado qualquer pagamento à CONTRATADA enquanto perdurar pendência de liquidação de obrigações em virtude de penalidades ou inadimplência contratual.

4.4 O Município somente atestará e liberará a Nota Fiscal para pagamento, quando cumpridas, pela CONTRATADA, todas as condições pactuadas.

4.5 Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa, a mesma será devolvida e o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação de novo documento fiscal, não acarretando qualquer ônus ao Município.

4.6 Ocorrendo atraso injustificado no pagamento, os valores serão corrigidos monetariamente pelo IGP-M/FGV do período, ou outro índice que vier a substituí-lo, e a Administração compensará a empresa vencedora com juros de 0,5% ao mês, pro rata.

4.7 Serão processadas as retenções referentes ao Imposto de Renda Retido na Fonte, quando for o caso, conforme legislação pertinente.

CLÁUSULA QUINTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

As despesas decorrentes da contratação oriunda deste contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

07.01 – Secretaria de Assistência Social - FMP
339030070000 – Gêneros de Alimentação
2013 – Man. Sec. Assistência Social
Vínculo: 1164 Reduzido: 6520

07.03 – Secretaria de Assistência Social - FMAS
339030070000 – Gêneros de Alimentação
2330 – Fort. Do Controle Social – IGD-PBF
Vínculo: 1411 Reduzido: 13727

07.03 – Secretaria de Assistência Social - FMAS
339030070000 – Gêneros de Alimentação
2260 – Serv. Prot. Soc. Básica - Reordenamento
Vínculo: 1072 Reduzido: 9720

07.01 – Secretaria de Assistência Social - FMP
33.90.32.03.00.00 – Material destinado a Assis. Social
2225 – Benefícios Eventuais
Vínculo: 1094 Reduzido: 6844



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE
SÃO VALENTIM

07.01 – Secretaria de Assistência Social - FMP
33.90.30.04.00.00 – Gás e outros materiais engarrafados
2013 – Man. Sec. Assistência Social
Vínculo: 1164 Reduzido: 6517

09.01 – Fundo Mun. Saúde Recursos Próprios ASPs
339030070000 – Gêneros de Alimentação
2006 – Manutenção dos Serviços de Saúde
Vínculo: 40 Reduzido: 18810

09.01 – Fundo Mun. Saúde Recursos Próprios ASPs
339030040000 – Gás e outros materiais engarrafados
2006 – Manutenção dos Serviços de Saúde
Vínculo: 40 Reduzido: 18807

11.01 – Encargos Gerais
339030070000 – Gêneros de alimentação
2148– Manutenção encargos gerais do município
Vínculo: 1 Reduzido: 23974

11.01 – Encargos gerais
339030040000 – Gás e outros materiais engarrafados
2148 - Manutenção encargos gerais do município
Vínculo: 1 Reduzido: 23971

05: Secretaria de Educação
04: Setor da Merenda Escolar Educação Fundamental
Projeto/Atividade: 2033 – Manutenção da Alimentação Escolar Ensino Fundamental
Rubrica: 33.90.30.07.00.00 – Gêneros de Alimentação
Vínculo: 1062 Reduzido: 12063

05: Secretaria de educação
05: Setor da Alimentação Escolar Educação Infantil
Projeto/Atividade: 2308 – Manutenção da Alimentação Escolar Infantil
Rubrica: 33.90.30.07.00.00 – Gêneros de alimentação
Vínculo: 1065 Reduzido: 8055

05.01 Secretaria de educação
Projeto/Atividade: 2028 – Manutenção da Secretaria de Educação
Rubrica: 33.90.30.04.00.00 – Gás e outros materiais engarrafados
Vínculo: 20 Reduzido: 1590

CLÁUSULA SEXTA: DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES.

6.1 Dos Direitos



Constituem direitos do CONTRATANTE receber o objeto deste contrato nas condições avençadas e da CONTRATADA perceber o valor ajustado na forma e no prazo convencionados.

6.2 Das obrigações

6.2.1 Constituem obrigações do CONTRATANTE:

6.2.1.1 efetuar o pagamento ajustado; e

6.2.1.2 dar à CONTRATADA as condições necessárias a regular execução do contrato.

6.2.2 Constituem obrigações da CONTRATADA:

6.2.2.1 entregar o objeto contratado conforme especificações do edital e seus anexos e em consonância com a proposta de preços;

6.2.2.2 manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

6.2.2.3 providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pelo CONTRATANTE;

6.2.2.4 arcar com eventuais prejuízos causados ao CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida na execução do contrato;

6.2.2.5 aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos e supressões até 25% do valor inicial atualizado do contrato ou da nota de empenho;

6.2.2.6 arcar com todas as despesas com taxas, impostos ou quaisquer outros acréscimos legais, que correrão por conta exclusiva da CONTRATADA;

6.2.2.7 responder, direta ou indiretamente, por quaisquer danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, por dolo ou culpa;

6.2.2.8 fornecer o objeto contratado com qualidade e continuidade, a partir de sua ativação até o término do Contrato;

6.2.2.9 responsabilizar-se pelas obrigações trabalhistas ou previdenciárias, decorrentes da relação empregatícia entre ela e seus prepostos e empregados que forem designados para a execução do objeto contratado;

6.2.2.10 estar ciente de que a CONTRATADA é a única e exclusiva responsável por defeitos ou vícios do objeto CONTRATADO relativos à fabricação;

6.2.2.11 estar ciente de que em caso de constatação de quaisquer defeitos no objeto contratado, a mesma providenciará sua troca por outro equivalente ou superior, sem qualquer ônus ao Município, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas após a solicitação formal do mesmo;



6.2.2.12 fornecer o objeto contratado devidamente identificado, reservando-se a CONTRATANTE, por seu fiscalizador, o direito de exigir “Certificado de Qualidade”, emitido pelo fornecedor e/ou fabricante;

6.2.2.13 cumprir a garantia descrita em cada item de acordo com o solicitado no mesmo, a contar da emissão da nota fiscal;

6.2.2.15 cumprir todas as condições constantes do Pregão Presencial nº 016/2022.

CLÁUSULA SÉTIMA: DAS PENALIDADES E DAS MULTAS.

A aplicação de penalidade à CONTRATADA rege-se-á conforme o estabelecido na Seção II do Capítulo IV - Das Sanções Administrativas da Lei 8.666/93.

7.1 Caso a CONTRATADA se recuse a fornecer os produtos constantes do objeto, conforme contratado, sem motivo justificado, ficará caracterizado o descumprimento total da obrigação assumida, sendo-lhe aplicada, isoladamente ou cumulativamente:

- a) advertência, por escrito;
- b) multa;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

7.1.1 Caso a CONTRATADA não possa cumprir os prazos estipulados, deverá apresentar justificativa por escrito, antes da ocorrência do evento, ficando a critério da CONTRATANTE a sua aceitação.

7.1.2 Se a fiscalização identificar irregularidades ou desconformidades passíveis de sanamento, notificará a CONTRATADA para, em prazo determinado, proceder às correções necessárias. Se, findo o prazo estabelecido pela fiscalização, as irregularidades não forem sanadas, será considerado a inadimplência contratual.

7.1.3 A partir dessa data, considerar-se-á recusa, sendo-lhes aplicadas as sanções de que trata o subitem 7.1, sem prejuízo da aplicação do contido no subitem 7.2.

7.1.4 A sanção de advertência será aplicada, por escrito, caso a inadimplência ou irregularidade cometida pela CONTRATADA acarrete consequências no fornecimento do objeto contratado.

7.1.5 Será aplicada multa de 0,5% sobre o valor total contratado, por dia de atraso no fornecimento do objeto contratado, contados a partir do prazo estabelecido na advertência escrita emitida pelo município, aplicada em dobro a partir do décimo dia de atraso até o vigésimo dia, quando o Município poderá decidir pela continuidade da multa ou rescisão contratual, aplicando-se na hipótese de rescisão apenas a multa prevista no subitem 7.1.6 infra, sem prejuízo da aplicação das demais cominações legais.



7.1.6 Multa de 8% (oito por cento), incidente sobre o valor do contrato, no caso de inexecução parcial do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 01 (um ano).

7.1.7 Multa de 15% (quinze por cento) no caso de inexecução total do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 02 (dois anos).

7.1.8 No caso de reincidência, ou em situações que causem significativos transtornos, danos ou prejuízos à Administração, ocasiões em que a CONTRATADA apresentar documentação falsa ou deixar de entregar documentação exigida para o certame, ensejar o retardamento do fornecimento do objeto, não manter a proposta, não celebrar o contrato ou instrumento equivalente, falhar ou fraudar a execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, ser-lhe-á aplicada sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, garantida a prévia defesa, sem prejuízos das multas previstas em edital e neste contrato, e das demais cominações legais.

7.1.9 Caracterizada situação grave, que evidencie dolo ou má-fé, será aplicada a CONTRATADA a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e, após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

7.2 As multas devidas e/ou prejuízos causados às instalações do Município pela CONTRATADA, serão deduzidos dos valores a serem pagos, recolhidos em conta específica em favor da CONTRATANTE, ou cobrados judicialmente.

7.2.1 Se a CONTRATADA não tiver valores a receber do Município terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, após a notificação oficial, para recolhimento da multa na forma estabelecida no subitem anterior.

7.3 A aplicação de multas, bem com a rescisão do contrato, não impede que o Município aplique à CONTRATADA as demais sanções previstas no subitem 7.1.

7.4 A aplicação de quaisquer das sanções relacionadas neste contrato será precedida de processo administrativo, garantindo-se no mesmo à CONTRATADA o direito da ampla defesa.



CLÁUSULA OITAVA: DA FISCALIZAÇÃO.

8.1 A CONTRATANTE reserva-se o direito de exercer ampla fiscalização no que concerne ao objeto deste Contrato, sendo executada pelo Sr....., com autoridade para exercer, em nome do Município, toda e qualquer ação de orientação geral, controle e fiscalização.

8.1.1 O responsável representante da Administração indicado no subitem 8.1 anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

8.1.2 As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas a seus superiores, em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes.

8.1.3 Encaminhar ao Município o documento no qual relacione as ocorrências que impliquem em multas a serem aplicadas à CONTRATADA.

8.2 A fiscalização por parte da CONTRATANTE não altera ou diminui a responsabilidade da CONTRATADA no fornecimento do objeto.

CLÁUSULA NONA: RESCISÃO.

9.1 O presente contrato poderá ser rescindido, de pleno direito, nas seguintes situações:

a) alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA que prejudique a execução do contrato;

b) razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pelo Sr. Prefeito Municipal, exaradas no competente Processo Administrativo;

c) descumprimento de qualquer cláusula contratual;

d) ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato;

e) amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE;

f) cumprimento irregular de cláusulas contratuais;

g) decretação de falência ou concordata da CONTRATADA;

h) e outros previstos no art. 78, nas hipóteses dos incisos I a XII, XVII e XVIII, da lei 8.666/93;

i) Judicial, nos termos da lei.

9.2 Em ocorrendo à rescisão, as consequências e penalidades serão as previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores.



CLÁUSULA DÉCIMA: DA VINCULAÇÃO.

O presente contrato está vinculado ao edital do Pregão Presencial nº 016/2022, à proposta do vencedor e à Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA INEXECUÇÃO DO CONTRATO.

A CONTRATADA reconhece os direitos do CONTRATANTE no caso de inexecução total ou parcial do contrato que venham a ensejar a sua rescisão, conforme art. 77, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DISPOSIÇÕES GERAIS.

12.1 Qualquer comunicação entre as partes com relação a assuntos relacionados a este contrato será formalizada por escrito em 02 (duas) vias, uma das quais visadas pelo destinatário, o que constituirá prova de sua efetiva entrega.

12.2 Ficam fazendo parte integrante do presente, as cláusulas fixadas na licitação, modalidade Pregão Presencial nº 016/2022.

12.3 Os casos de má qualidade no fornecimento do objeto contratado serão acusados e regulados na forma disposta no Código de Proteção ao Consumidor.

12.4 As alterações e omissões contratuais deverão obedecer ao que prescreve a Lei 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DO FORO.

As partes elegem o foro da Comarca de São Valentim-RS para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em quatro vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas instrumentais, abaixo firmadas.

SÃO VALENTIM, ___ DE ____ DE 202...

CONTRATANTE

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:



ANEXO II
MODELO DE DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO
(Papel timbrado ou carimbo da empresa)

Ao
Município de São Valentim
Ref.: Pregão Presencial nº 016/2022.

DECLARAÇÃO

A (Razão Social da empresa) _____, inscrita no CNPJ sob nº _____, com endereço à _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a). _____, titular da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____
DECLARA, sob as penas da lei, que atende todas as condições de habilitação constantes do Pregão Presencial nº ____/____, estando, portanto, apta a participar de todas as fases do certame e de que não foi declarado inidôneo para licitar com o poder público em qualquer esfera, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

_____, em ____ de _____ de _____.

(REPRESENTANTE LEGAL)

Nome:

Cargo:

Obs: Esta Declaração deverá ser entregue no momento do credenciamento, fora dos envelopes 1 e 2.



ANEXO III
Modelo

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO INCISO XXXIII, ART. 7º DA CF/88.

Ao
Município de São Valentim
Ref.: Pregão Presencial nº 016/2022.

DECLARAÇÃO

A empresa, inscrita no CNPJ nº....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade nº..... e do CPF nº, DECLARA, para fins do disposto no [inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993](#), acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.

_____, em ____ de _____ de _____.

(REPRESENTANTE LEGAL)

Nome:

Cargo:



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE
SÃO VALENTIM

ANEXO IV

CRONOGRAMA DE ENTREGA DOS GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR